A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E O DESEMPENHO ESCOLAR NA REDE REGULAR

JAQUELINE AMANDA SILVA LIMA BORGES

RESUMO

A educação inclusiva na contemporaneidade tem conquistado espaços de suma importância para os deficientes auditivos, que passaram a se organizar e a reivindicar por seus direitos, esta ação requer o envolvimento e a mudança de toda sociedade. Considerando a inclusão de alunos deficientes que prima por uma prática educativa que atenda para as especificidades de cada educando, especialmente aqueles que por muito tempo já foram excluídos tanto pela sociedade quanto pela escola. A inclusão de alunos deficientes na rede regular de ensino tem se configurado como um processo complexo, pois o trabalho pedagógico a ser desempenhado exigirá do professor mais formação, e melhores propostas de ensino e mudança no currículo para recebê-los, podendo alfabetiza-los. Este processo irá requerer uma série de estratégias sistemáticas, planejadas, avaliada que contemple a prática de ensino aprendizagem eficaz para prepará-los para o mercado de trabalho e para a vida. Compreender o processo de aprendizagem de alunos surdos é de suma importância para o sucesso de aprendizagem.

PALAVRAS CHAVE: Deficiência auditiva, Aprendizagem, Família, Inclusão, Formação docente.

ABSTRACT

Inclusive education in contemporary times has conquered spaces of paramount importance for the hearing impaired, who began to organize themselves and claim for their rights, this action requires the involvement and change of the whole society. Considering the inclusion of disabled students that strives for an educational practice that meets the specificities of each student, especially those who for a long time have been excluded both by society and by the school. The inclusion of disabled students in the regular education network has been configured as a complex process, since the pedagogical work to be carried out will require more training from the teacher, and better teaching proposals and changes in the curriculum to receive them, being able to teach them to read and write. This process will require a series of systematic, planned, evaluated strategies that include effective teaching and learning practices to prepare them for the job market and for life. Understanding the learning process of deaf students is of paramount importance for their learning success.

KEY-WORDS: Hearing impairment, Learning, Family, Inclusion, Teacher training.

INTRODUÇÃO

A trajetória das pessoas com deficiência auditiva, sobretudo os surdos têm como aspectos históricos o processo de mudanças e conquistas. Os estudos realizados por estudiosos da linguagem com enfoque da linguagem de sinais defendem a ideia que ao frequentar a escola regular tanto o aluno deficiente como os que não apresentam deficiência, desenvolvem melhor suas habilidades, aprendem a lidar melhor com as diferenças e a respeitarem o próximo, e essa aproximação no início da vida escolar pode formar melhores cidadãos e perpassa a integração à vida social.

Tendo em vista a necessidade de discutir e buscar soluções viáveis para a problemática da educação especial no que diz sucesso na implementação, uma vez que é preciso o cumprimento à lei, e para tanto não basta apenas "incluir", mas proporcionar bom desenvolvimento significativo aos educandos com deficiência auditiva, a escola inclusiva precisará reformular políticas claras e decisivas de integração, planejamento educacional adequado, programas de estudos e serviços que tenham compromisso com o serviço de formação docente.

Segundo Mazzota (2003) tanto na literatura quanto em documentos técnicos, o atendimento ao deficiente auditivo, tanto no âmbito educacional, social, cultural, não é apenas de caráter de aprendizagem, mas de outros interesses, pois falamos de uma inclusão que na verdade não está de acordo com as necessidades dos portadores de necessidades especiais.

Vivencia-se um conflito entre integrar, e não saber como atendê-los. Ele considera que de modo geral situações e coisas desconhecidas causam medo e a falta de conhecimento sobre as deficiências que contribuiu e muito para que as pessoas portadoras de deficiência, por serem considerados "diferentes", fossem postos à margem da sociedade e até mesmo ignorados.

Nas ações educacionais, as experiências da vida familiar precisam estar presentes muitas vezes podendo auxiliar ou discutir o processo de desenvolvimento, alunos,

professores e a família precisam estar juntos para que se alcance sucesso na aprendizagem do aluno surdo.

Para Vieira (200, p. 80), a educação é o principal responsável pela formação e construtor de identidade da criança portadora de deficiência auditiva, e como tal construtora, a educação também tem o papel de manter a integração com o mundo cultural, sendo que as pessoas se desenvolvem na medida em que agem e interagem com o mundo da diversidade e de enriquecimento com o heterogêneo, sendo assim indispensável o convívio com as diferenças.

Estudante com deficiência auditiva são aqueles que possuem uma diminuição da capacidade de audição, podendo ser desde uma perda parcial até a surdez completa. Essa deficiência pode se manifestar desde o nascimento ou ser adquirida ao longo da vida, e pode ter diversas origens, como problemas no desenvolvimento do ouvido interno, doenças, lesões ou exposição a ruídos intensos.

Para garantir o acesso dos estudantes com deficiência auditiva à educação, é fundamental oferecer recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), legendas em vídeo, materiais visuais, entre outros recursos visuais.

A igualdade de direitos está assegurada pela legislação vigente em nosso país desde a Constituição Federal (CF) de 1988 que seu artigo 205 declara, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Para que haja a inclusão de estudantes com deficiência auditiva, é necessária a participação dos pais, família em geral, da comunidade, professores, e profissionais qualificados, que atuarão como mediadores para que a inclusão venha a acontecer e seja realizada com dignidade. Consequentemente, isso não acontece por diversas maneiras, uma delas é a falta de boa implementação no currículo da escola, um planejamento adequado, e principalmente a preparação dos profissionais da educação, sobretudo com cursos preparatórios de Libras para assim atendê-los de forma mais dignas em sua língua natural que é a Língua Brasileira de Sinais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ENTENDENDO A SURDEZ

A história dos surdos, no entanto foi cercada por vários pensamentos "misteriosos", sendo esses religiosos, que víamos surdos como pecadores e que Deus estava castigando pelos seus pecados, pelos médicos que através da ciência que buscavam respostas para a provável cura da surdez, e não esquecendo a forma pedagógica de buscar a analisar a surdez de uma forma diferente dos outros ouvintes. A longa história da comunidade surda sempre esteve em discussão, no entanto fica assim impossível determinar como, quando e onde surgiu a surdez.

Salles (2004, p. 87) afirma que a história de surdos no Brasil é uma parte pequena, diante de vários fatos históricos e acontecimento em todo o mundo. Como base pode ser citado as civilizações gregas e romanos onde pessoas com deficiência auditiva não eram perdoadas, sua deficiência custava-lhe a vida. Para tanto, há um reconhecimento de que não há surdez total ou absoluta e que os requisitos auditivos podem ser utilizados e desenvolvidos. No entanto as pessoas surdas por muitos anos de sua longa jornada e batalha pela vida

Para o desenvolvimento de um trabalho efetivo é preciso conhecer as causas da surdez e da deficiência auditiva, que por sua vez pode acontecer desde o período de gestação até a fase adulta, devido a diversos fatores como doenças adquiridas ou congênitas, (sarampo, rubéola, meningite entre outras). Com relação à surdez, as causas podem ser de origens pré-natais ou pós-natal ninguém está livre de um quadro de surdez.

A partir de diagnósticos a família a escola e os professores vêm descobrindo novas formas de comunicar-se com essas crianças, porém ainda percebem-se modelos arcaicos de isolamento, para os que apresentam algum tipo de deficiência, por medo de expor e por insegurança quanto a capacidades de interação. Isso tem se modificado devido às leis que garantem os direitos das pessoas surdas, inclusive a de educação na escola regular, visando à integração entre surdos e ouvintes e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para Vieira (200, p. 80), a educação é o principal responsável pela formação e construtor de identidade da criança portadora de deficiência auditiva, e como tal construtora, a educação também tem o papel de manter a integração com o mundo cultural, sendo que as pessoas se desenvolvem na medida em que agem e interagem com o mundo da diversidade e de enriquecimento com o heterogêneo, sendo assim indispensável o convívio com as diferenças.

Estudante com deficiência auditiva são aqueles que possuem uma diminuição da capacidade de audição, podendo ser desde uma perda parcial até a surdez completa. Essa deficiência pode se manifestar desde o nascimento ou ser adquirida ao longo da vida, e pode ter diversas origens, como problemas no desenvolvimento do ouvido interno, doenças, lesões ou exposição a ruídos

intensos. Acredita- se que a língua utilizada pela comunidade surda, por ser considerada uma língua natural, articulada através de movimentos gestuais feito com as mãos, expressões faciais, por isso ela também é conhecida como uma língua visual- espacial.

Para Quadros, (2004, p.47), a Língua Brasileira de Sinais pode ser vista como uma conquista em todo o seu trajeto, de uma grande jornada de muita luta, por um reconhecimento em movimentos sociais, através de Leis, que lhe deu também o direito em terem profissionais interpretes que transmitissem, através da simbologia gestual a sua mensagem para a comunidade ouvinte.

Com relação à língua de Sinais é ainda importante saber que o direito de uma segunda língua (dominante), foi assegurado graças às lutas dos próprios surdos que propuseram e conseguiram adotar o bilinguismo na educação, lembrando que a história da educação dos surdos comunicação gestual era proibida e punida. Concepções como oralismo, o bilinguismo e a comunicação total trouxeram reflexões quanto à forma de educar o surdo nessa fase de transição.

Acredita-se que o surdo deveria fazer uso da fala para se comunicar, mas poucos conseguiam bons resultados enfatizando assim a filosofia da comunicação total, dando devida qualidade à língua de sinais como a língua oficial.

O oralismo tem como pressuposto que o surdo apresenta um problema de saúde, uma incapacidade: a de não ouvir, e por isso não se comunicar com palavras, ou seja, oralmente.

O bilinguismo por sua vez que tem como primeira língua natural dos surdos e a segunda a língua oficial do país- esse direito teve a aprovação do Decreto Nº 5623 (Brasil, 2005), que ao regulamentar a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, abriu se uma possibilidade de repensar em nova dimensão- a educação, a escola e a formação de professores, com e para o surdo que devem escolhera forma de comunicação para melhor atender suas necessidades. Outro fator importante está atrelado ao fato de o surdo viver em uma situação bilíngue, a língua de sinais, ele precisa conviver com ambas, uma vez que a língua oral é a dominante e a gestual é a língua que o surdo usa para se comunicar.

A importância de o estudante aprender junto a um grupo ou comunidade surda a língua de sinais, pois ela será ferramenta indispensável no processo de alfabetização além do desenvolvimento linguístico e cognitivo. Lembrando que é um direito da criança surda crescer e ser educada em um ambiente bilíngue, pois dessa maneira ela não estará sendo excluída do conhecimento e estará inserida no convívio social com ouvintes.

Em relação a leitura e a escrita aspectos que mais preocupam educadores, muitos deles acreditam que a surdez é empecilho para total desenvolvimento da escrita e leitura.

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes e deve ser adquirida na interação com usuários delas fluentes, os quais envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-nas no funcionamento desta língua (Pereira 2005, p.19).

Kleiman (2004) defende esta concepção de leitura, porém reconhece que o processo de decodificação do código faz parte da leitura, no início da aquisição da mesma, a criança apenas decodifica o que está escrito. Com a prática e a criação de condições para que isso aconteça, faz com que leia efetivamente o texto fazendo as inferências necessárias para que haja leitura.

Quando se consideram os estudantes surdos, deve-se lembrar de que para ele aprender a ler e a escrever faz parte de um processo de aprendizado de uma nova língua. A criança ouvinte baseia-se no que ouve para construir significados, enquanto a criança surda não pode usar deste mecanismo para construir sentido na escrita. A criança surda se apoia no visual e a ouvinte na oralidade para buscar a construção de significado.

A língua de sinais mostra-se importantíssima no desenvolvimento da escrita tanto quanto a leitura, pois toda criança, a surda tem necessidade de conhecimento do mundo e sobre tudo, confiança em seu potencial. Crianças que usam a língua de sinais na escola durante o processo de aprendizagem demonstram as mesmas dificuldades e erros de alunos ouvinte, no ensino aprendizagem.

É importante que o professor, lance mão de várias tipologias textuais e que tais textos possam transmitir sentido de acordo com a realidade de cada aluno. Ainda é importante ressaltar que os textos apresentados aos alunos surdos precisam ser de qualidade, uma vez que esses textos influenciarão na construção de sentidos dos textos produzidos por eles, o fato de não serem ou terem sido expostos a materiais de qualidade durante o processo de aprendizagem constroem alunos desinteressados pela leitura e pela escrita.

Todos que esses problemas no que diz respeito ao processo de aprendizagem dos alunos surdos é necessário repensar as propostas pedagógicas e o “como ensinar”, pois, métodos e propostas pedagógicas sem preparação gera assim o alto nível de fracasso de alunos surdos.

Skliar (1998), afirma que é importan-

te, antes de tudo considerar as identidades surdas, o fato de que os surdos têm uma cultura própria, e se têm uma cultura particular não é admissível que se tente fazer com que surdos alcancem a língua oficial do país.

A cultura de estudantes surdos é uma subcultura que se desenvolveu na comunidade surda. Os estudantes surdos compartilham uma experiência única de comunicação e vivem em um mundo onde a língua oral não é a primeira opção. Ao invés disso, eles usam a Língua de Sinais para se comunicar uns com os outros.

Dentro da cultura de estudantes surdos, há uma forte sensação de identidade e orgulho por ser surdo. Às pessoas surdas são vistas como possuindo uma habilidade especial, em vez de uma deficiência. A cultura de estudantes surdos também valoriza a autonomia e a independência dos indivíduos surdos, promovendo a comunicação direta com outras pessoas surdas e a defesa dos direitos e interesses da comunidade surda.

A educação é um aspecto fundamental da cultura de estudantes surdos, pois muitos estudantes surdos enfrentam desafios especiais dentro do sistema educacional dominante. A falta de intérpretes, aulas em língua oral e barreiras de comunicação podem dificultar o acesso dos estudantes surdos à educação. Por isso, é essencial que a cultura de estudantes surdos seja reconhecida e valorizada dentro das instituições educacionais, para permitir que possam ter igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

Um dos aspectos mais importantes da cultura de estudantes surdos é a sua língua: a língua de sinais, que é uma língua visual e espacial usada por pessoas surdas em todo o mundo. A língua de sinais não é uma linguagem universal, cada país tem a sua própria língua de sinais.

Dentro desta discussão sobre educação dos surdos que não se pode ignorar a participação dos mesmos nestas propostas e nos processos pedagógicos. Para que isso ocorra, Skiliar (1998) expõe o fato de que é preciso pensar melhor a educação bilíngue, e de que a mesma é ambígua uma vez que toda a prática pedagógica, o material utilizado, textos e dinâmicas são preparados por professores monolíngues, que tem uma formação voltada para a ouvintização.

Percebe-se na educação bilíngue que esses fatores criam ambiguidade no sentido de que de um lado se tem as imposições "ouvintistas" e por outro lado a junção entre língua de sinais e a língua oficial, esse modelo político de ensino tenta justificarse dentro do contexto de que é preciso dominara língua oficial mesmo que para aprende-la não se tenha a "capacidade de usá-la".

Essa visão discorda da conferência da UNESCO (1954) que assegura um projeto político pedagógico bilíngue em que seja reconhecido o direito de crianças serem educadas em língua que utiliza para a comunicação, e isto não implica que devam dominar a língua oficial, mas sim aprender a usá-la como ferramenta em sua ação cidadã.

Para Kyle (1998), a criança surda precisa conviver com ambas as línguas, crianças surdas devem ser bilíngues, ela precisa ter acesso à língua dominante isso porque conhece e bem dominar a língua de sinais somente, não fará ter sucesso dentro das minorias.

É importante ressaltar que a família e os professores precisam assumir o bilinguismo, pois é a troca de experienciais que irá enriquecer o aprendizado da criança surda e as experiências primordiais para a vida adulta.

Além disso, outro fator primordial para o crescimento cultural das crianças é fornecer a elas cultura ligadas à língua que faz parte do seu cotidiano, mesmo que não seja a língua que ela utiliza para se comunicar, como o caso de crianças surdas, seria levar a elas a história da língua de seus pais, amigos, estado, etc. Junto à rica história da língua de sinais, primeira língua da criança surda, construirá a identidade da criança para torná-la antes de tudo cidadã, preparada para conhecer e reivindicar por seus direitos, para tanto a escola precisa ser bilíngue e bi cultural.

Considerando ainda a educação dos surdos, é importante ressaltar os currículos propostos. O ouvintismo desenvolveu várias formas de pensar esse currículo representando de diversas formas. Essa representação de currículos definem os surdos como deficientes mentais, uma vez que utiliza os mesmos currículos para esses deficientes, ou ainda os define como deficientes em linguagem, sugerindo que o não acesso a oralidade afeta as faculdades mentais dos surdos para a aquisição de uma língua.

O CURRÍCULO E O DESEMPENHO ESCOLAR

Outra condição importante que se deve considerar é com relação ao currículo, nunca se considerou as reais necessidades e habilidades da minoria como uma base para a definição do currículo, e faz parte deste currículo assegurar situações de aprendizagem aos professores dentro do contexto escolar, que funcione dentro da rotina da escola e dentro da língua de sinais.

O currículo precisa considerar ainda todas as condições de aprendizagem dentro de uma visão realmente bilíngue e não ouvintista. Além disso, Dorziar (199, p. 33), afirma que [...] é necessário criar condições

de os surdos se desenvolverem no mesmo patamar do ouvinte... a escola deve trabalhar com conteúdos culturais vivos, atualizados[...}, desta forma o aluno consegue criar uma relação direta apropriando-se de qualquer conhecimento. Ainda, o autor (Ibid:1999) defende que a escola deve se firmar como responsável pelas atividades pedagógicas especificas, que vise formar cidadãos com igualdade, independente das peculiaridades e grupos minoritários aos quais pertençam. Porém, esta não é tarefa fácil, requer nova organização e direcionamento.

Para Fusari (apud Dorziat, 1999) os educadores devem ter um ponto de partida e pontos de chegada, sendo respectivamente princípios e objetivos, entrar em consenso sobre a relevância de temas a serem escolhidos.

Franco (apud Skliar 1999) reforça que a incorporação do tema Pluralidade Cultural afeta diretamente a educação dos surdos. A incorporação foi proposta pelo banco Mundial, para emprestar dinheiro para educação, os países deveriam criar em seus currículos o tema da pluralidade Cultural, entendendo a necessidade de conhecer a riqueza de culturas dentro das comunidades, e, assim, entender o que é importante para diferentes pessoas.

A ideia é passar para educadores e sociedade como um todo que escola está aberta a todos, e que o convívio com as diferenças formará cidadãos tolerantes em todos aspectos, formando a ideia de igualdade. Prova disto está nas campanhas causaram importantes questionamentos sobre as bases da proposta de inclusão multicultural do governo. É preciso tornar com algumas concepções errôneas sobre inclusão. A escola não pode ser vista apenas como um espaço de tolerância e convivência entre os diferentes, o dia a dia com os demais colegas como primordial para a integração, a convivência não deve ser mais importante que a aquisição do conhecimento mínimo necessário para verdadeira inclusão na sociedade.

Entretanto o governo insiste em apenas matricular alunos com necessidades especiais, e mesmo com leis que asseguram, por exemplo, formação para professores, o que se vê são alunos que mal podem compartilhar de seu aprendizado sobre a História do Brasil, por exemplo, pois não puderam participar das aulas devido à falta de condições pedagógicas para tanto, esses alunos são "lançados" de ano para ano até que se formam sem o mínimo necessário para a interação social e para o mercado de trabalho, muitos não podem preencher uma ficha, e como já mencionados o que resta a eles são funções que exige menor formação acadêmica.

Segundo Silva (1995, p. 01) [...] "o currículo é um dos espaços onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos deferentes significados sobre o social e sobre o político". Sendo assim, verifica-se que o atual currículo elaborado e pensado para ouvintes, subordina os surdos a modelos educativos que no Máximo, sofreram alterações para atender a ouvintes imperfeitos.

O currículo presente em nossa educação legitima a superioridade do mundo dominante, uma vez que voltada para esse público. Muito têm sido feitos para mudar essa realidade, educadores surdos têm buscado formas melhores e mais eficazes de educar surdos. A grande dificuldade é desvincular as ideias oralistas que a muito fazem parte das concepções de educação para surdo.

Nos fatores para fracasso ou sucesso da educação do aluno surdo a influência das comunidades surdas, as escolas estão geralmente ligadas aos desejos da comunidade. De certa forma as escolas servem às comunidades nas quais estão inseridas.

Kyle (1999), afirma que no caso das minorias os pais preferem que as práticas pedagógicas das escolas devam seguir o ritmo da cultura majoritária, acreditando que assim seus filhos alcançarão maior sucesso, sendo assim a língua oficial como sendo de maior prestigio dentro de um grupo. Não há controle nem participação da comunidade surda no processo de planejamento do currículo escolar.

Este fato mostra mais uma vez os motivos pelos quais provavelmente a alfabetização de alunos surdos está fadada ao fracasso, é preciso considerar todos os estudos com relação ao tema.

As conferências sobre educação discutiram e criaram leis para proteger direito de todos a aprender, os países se mobilizam para criar leis internas e garantir que portadores de deficiência tivessem direito à escolarização, no entanto, o que tem sido realmente feito por esses alunos que chegam até as escolas de ensino regular?

Com relação a alunos surdos, foco desse estudo, o que se vê são alunos despreparados, pois não conhecem a língua de sinais, não dominam esta forma de se comunicar porque não fazem parte de nenhuma comunidade surda. Esses alunos passam anos na escola, praticamente ignorados, de um lado o professor não consegue ensinar porque não foi preparado para tal, pais de alunos surdos que desconhecem os direitos do filho de ter um acompanhamento especializado continuam aceitando a programação automática de seus filhos, mesmo que não tenha se desenvolvido ao logo do ano letivo, e o mais importante, alunos surdos que saem da escola despreparada para o mercado de trabalho e para a vida.

Muitos professores questionam a in-

clusão por se sentirem despreparados para receber esses alunos que apesar de reconhecidos como extremamente inteligentes, necessitam de atenção especial, e como com a sala cheia fica difícil das à devida atenção ao aluno surdo, o mesmo fica ocioso e tende a atrapalhar os demais colegas, pois deseja atenção todo o tempo, uma vez que sua comunicação é visual.

CONCLUSÃO

No decorre deste trabalho verificou-se que para a inclusão escolar ocorra é preciso transpor barreiras e quebrar preconceitos existentes na sociedade.

Compreender o funcionamento da língua que se pretende ensinar é o primeiro passo para que o aprendizado desta língua se efetive. Quando se trata de uma língua utilizada por um grupo social marginalizado ou reduzido torna o trabalho mais difícil, pois é preciso além de conhecer o funcionamento desta língua como também as situações de uso da mesma, os grupos que a utilizam, o que pensam, como vivem e como reagem ao que os cercam, a cultura desses grupos.

Muitos são os fatores responsáveis pelo fracasso da educação inclusiva de alunos surdos, e a primeira delas, sem dúvida, é a falta de conhecimento de profissionais da educação com relação à língua dos surdos, acreditando erroneamente que eles deveriam aprender apenas a língua oficial e excluir a língua de sinais.

Devido à mobilização de lutas dos próprios surdos, essa realidade mudou os direitos que foram conquistados, os surdos têm hoje direitos à educação e continuam lutando para melhorar a qualidade do ensino oferecido.

É importante ressaltar que a formação dos professores é algo complexo que depende de vários fatores que direto ou indiretamente comprometem sua situação com os alunos, esses recebem alunos surdos sem receber orientação e pouco podem fazer para ajuda-los, a não se procurar por formação especifica, arcando com os custos dessa formação.

Para alcançar sucesso da educação para deficientes auditivos é preciso um conjunto de atitudes e políticas educacionais, além de um consistente conhecimento da cultura surda e do funcionamento da língua de sinais e da Língua Portuguesa.

É de suma a importância para o desenvolvimento do processo de aprendizagem de alunos deficientes auditivos, a participação da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. C. Leitura e Surdez: Um Estudo não Oralizado. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BELLUGI, U.; KLIMA, E. As Duas faces do Sinal: Icônico e Abstrato. In: Skliar, Carlos (org). Atualidade da educação Bilíngue para surdos. Porto Alegre: Ed.

Mediação, 1999.

BRASIL, Lei 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da educação. Saberes e práticas da inclusão: Introdução.

Brasília: Secretária da Educação Especial, 2004.

BRITO, L. F. Integração Social e Educação dos Surdos. Rio de Janeiro: Babel 1990.

CARVALHO, R. E. Integração, Inclusão e Modalidade da Educação Especial- Mitos e fatos. Local: Integração, 1999.

CICCONE, M. Comunicação Total. Rio de Janeiro: Cultura Médica 1990.

DORZIANT, A. Bilinguismo e |Surdez: Para Além de uma visão Linguística e Metodológica. In: Skliar, Carlos. (org.). Atualidade da Educação Bilíngue Para Surdos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

_____.Educação de Surdos no Ensino regular: Inclusão ou Segregação? São Paulo, 2004. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

FERNANDES, E. Problemas Linguísticos e Cognitivos do surdo. Rio de Janeiro:

Agir, 1990.

_____. O Som: Este ilustre Desconhecido. IN: SKLIAR, C. (org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Porto alegre: Ed. Mediação, 1999.

GOFFREDO, V. L.F. S. de. Educação: Direitos de Todos os Brasileiros. Salto para o Futuro: Educação Especial. Brasília: Ed. Ática, 1999.

KLEIMAN, A. Textos e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura. Campinas, SP: pontes, 2004.

KOCH, I. V. Desvendando os Segredos do Texto, São Paulo: Cortez, 2003.

KYLE, J. O Ambiente bilíngue: alguns comentários Sobre o Bilinguismo para Surdos. In: SKLIAR, Carlos. (org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC, BRASIL. Conferência Mundial de Educação Para Todos,1990.

MEC, BRASIL. Direitos nacionais para Educação Especial no Brasil,1999.

OLIVEIRA, M. K. de Vygostsky: Aprendizado e Desenvolvimento- Um Processo Sócio –Histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PEREIRA, M. C.C. Leitura, Escrita e Surdez. Secretaria da educação. CENP/CAPE, FDE, 2005.

QUADROS, R. M. de. Educação de Surdo: A aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REDONDO, M. C. da F.; CARVALHO, J.M. Deficiência Auditiva- Brasília: MEC. Secretaria da Educação à Distância 2001.

ROSMARINHO, M. A. Inclusão na escola pública: Avanços e Resultados. In: Pereira, M. C.C. Leitura, Escrita e Surdez. Secretaria da Educação CENP/CAPE, FDE, 2006.

SKILIAR, C. A Surdez: "Um olhar sobre as diferenças". Porto Alegre: Mediação, 2011.

SKILIAR, Carlos. (org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

SVARTHOLM, K. Educação Bilíngue para Surdos Na Suécia. In: SKLIAR, Carlos (org.). Atualidade da Educação Bilíngue Para surdos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

STOKOE, W. Estrutura da Língua de Sinais. Silver Spring: Listok Press, 1960.

UNESCO (Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 16 de Novembro de 1945/4 de Novembro de 1946.